



O Conceito de Ideologia de Gênero

PASSADO A LIMPO

Christiano P. da Silva Neto

O conceito “ideologia de gênero”, segundo o qual uma pessoa pode apresentar gênero diverso de sua condição biológica, é perfeitamente natural no contexto em que ele hoje se encontra. E antes que alguém resolva me crucificar por esta frase, talvez bombástica, permita-me explicar o meu ponto de vista.

Consideremos, para efeito desta análise, a humanidade dividida em dois grupos em relação às nossas origens. De um lado, temos aqueles que creem na existência de Deus como o Criador do imenso universo que nos abriga; que entendem a narrativa da criação em Gênesis como um relato fidedigno das nossas origens. Mais ainda, que consideram as Escrituras Sagradas como a revelação do Criador para estarmos cientes não só acerca do passado, de como este explica o presente, mas também, e principalmente, a respeito do que o futuro nos reserva.

Para os membros deste grupo, essas mesmas Escrituras também nos informam que Deus criou o homem à sua imagem e semelhança, que os fez somente na condição de macho e fêmea, ordenando que se reproduzissem. Nelas também está registrado que tudo que hoje se afasta do projeto original é resultado da ação humana, à revelia dos propósitos de Deus para sua criação.

Do outro lado temos um grupo expressivamente maior, parte constituída daqueles para os quais Deus não existe, os ateus. Neste grupo, porém, há também muitos que acreditam em Deus, não necessariamente aquele apresentado pelo texto bíblico. Para esses, a principal característica do texto é a de servir como pano de fundo para a história da humanidade. Outros, ainda, até creem no Deus da Bíblia, sem que isso signifique um compromisso ou envolvimento maior. Para boa parte dessas pessoas, a Bíblia é apenas uma coleção de mitos do passado que não podem nem devem ser interpretados ao pé da letra. Na prática, em todos esses casos, é como se a realidade não fosse mais do que naturalmente nela observamos.

Hoje, os que integram o primeiro grupo constituem uma minoria, de modo que é o segundo que, na prática, estabelece as regras que governam a nossa sociedade. E se, por alguma razão, os membros desse segundo grupo se veem na contingência de descrever a espécie humana, certamente o farão do seu ponto de vista, vendo-a como constituída a partir de homens, mulheres, gays, lésbicas, bissexuais, assexuados etc. Atualmente, têm ocupado expressivo espaço na mídia pessoas afirmando terem nascido no corpo errado, não se identificando com sua condição biológica: são os transgêneros.

Nosso problema, ao nos defrontarmos com um tema dessa natureza é que, nas áreas do conhecimento humano em que reina um certo índice de subjetividade, nem sempre a última palavra é a que a Ciência pode nos proporcionar. Via de regra, brechas no raciocínio se abrem e, por fatores como formação acadêmica, capacidade investigativa, convicções pessoais, filosóficas, religiosas e outros, especialistas das várias áreas envolvidas se dividem em seus pontos de vista.

Alguns dados são inequívocos, como o fato de que cada ser humano tem, desde a sua concepção, o par de cromossomos “xy” ou “xx”, os quais determinam o sexo, masculino ou feminino, do novo ser que está por nascer. Entretanto, é também indiscutível a existência de pessoas que sentem atração por outras do mesmo sexo; aquelas que, do ponto de vista de sua estrutura biológica, têm a sensação de terem nascido no corpo errado e tantas outras variantes que podemos encontrar no seio da sociedade.

Diante desse panorama, a Ciência dificilmente poderá nos proporcionar uma resposta às nossas indagações que seja acatada por todas as correntes envolvidas. Assim, acaba entrando em cena a política dos órgãos

governamentais cuja tendência, no presente momento, tem sido a de considerar a espécie humana como a união de todas essas variantes a que aqui nos referimos.

É verdade que há pessoas deste segundo grupo, até mesmo ateus, que também estão indignados com o surgimento do conceito de ideologia de gênero, que são contra levarmos essa discussão para as salas de aula, principalmente para crianças do ensino fundamental. Esse constrangimento, porém, talvez não tenha uma sobrevida muito grande. Com o tempo, sem uma sustentação maior, sem um critério de avaliação mais objetivo, boa parte dessas pessoas acabará por ceder às investidas para a consolidação desses novos conceitos, ou serão substituídos por seus filhos e netos com tais conceitos já devidamente consolidados.

Uma proposta de mudança de paradigma

Estivemos presentes a um evento realizado em Belo Horizonte com título “A Identidade de Gênero e o Estado Democrático de Direito”, promovido pelo MPMG (Ministério Público de Minas Gerais) e que aconteceu nas dependências do TJMG (Tribunal de Justiça de Minas Gerais) em 04 de dezembro de 2017. O tema foi abordado em direcionamentos diversos e aqui nos reportaremos a alguns deles. Apesar da restrição no título do que se denominou ser uma ação educacional, temas como o homossexualismo e outros afins também estiveram presentes. Um dos pontos abordados foi a questão do preconceito, não só em relação à questão da ‘preferência sexual’, mas também em relação à cor, raça, etnia, religião etc.

Este nos pareceu um ponto pacífico, pois não há quem, em sã consciência, possa ser a favor da discriminação de quem quer que seja por razões que, no plano humano e social, nos diferenciam uns dos outros. Somos todos seres humanos e, como tais, temos todos direito à segurança, à educação, à saúde, ao direito de ir e vir, ao trabalho, a sermos tratados com dignidade pelos nossos semelhantes, exceto quando adotamos práticas e atitudes que, de algum modo entram em conflito com as leis já estabelecidas que assim podem determinar a perda de alguns desses direitos.

Outro ponto abordado foi a questão jurídica. Aqui, também, pouco há o que se discutir. Somos nós, através de nossos legisladores, que produzimos as nossas leis. Uma vez produzidas, cabe à sociedade obedecê-las, e isto independe se, individualmente, concordamos ou não com tais leis. Assim, se uma pessoa ganha na justiça o direito de mudar de nome não nos cabe, como membros da sociedade, procurar interferir nessa decisão, até porque esse direito não nos é concedido. Não concordando com uma dessas realizações o que podemos fazer é atuar junto ao legislativo para que a lei seja alterada. Até lá, porém, não nos resta outra alternativa a não ser acatá-la e, em hipótese alguma, discriminar os que por ela forem beneficiados.

O terceiro ponto foi o que nos pareceu mais crítico por se referir a um fato inteiramente novo para muitos de nós: a possibilidade de haver um conflito entre a condição biológica que uma pessoa apresenta desde o seu nascimento e o que ela, interna ou psicologicamente, julga ser. Aproveitamos este momento para fazer uma distinção entre o tema principal que aqui estamos abordando, a identidade de gênero, e o homossexualismo, por exemplo, que se situa mais na esfera comportamental. Este último se caracteriza mais como uma questão de comportamento sexual, consciente ou inconsciente, adquirido ou inato, isto até pode ser discutido, mas o fato é que, neste caso, diante da sociedade, prevalece o direito que todos temos de administrar o modo como nos comportamos sexualmente e ninguém deveria ser discriminado em função de tais comportamentos.

No caso da identidade de gênero, porém, temos alguém que, sendo biologicamente homem, declara-se mulher, ou vice-versa. Em princípio, porém, sendo esta uma declaração pessoal, precisaríamos de algum meio de comprová-la cientificamente. Mas o que diz a Ciência a esse respeito? De que modo poderíamos verificar a veracidade de uma declaração com essas características?

O que a lei tem estabelecido é que a mera declaração de uma pessoa acerca do seu gênero deve ser tomada como prova inequívoca da sua realidade objetiva, não cabendo qualquer argumento em sentido contrário. Não se admitindo qualquer discussão a esse respeito, ato seguinte, a Justiça concede a essa pessoa o direito de mudar de nome, de efetuar as devidas alterações em todos os seus documentos e de se submeter, se este for o seu desejo, a uma cirurgia de mudança de sexo ou qualquer outra que julgar necessário, como a mastectomia, por exemplo.

Por trás dos bastidores

Especialistas no tema têm repetidamente dito que “Ideologia de Gênero” é apenas uma ferramenta utilizada por grupos que pretendem realizar uma ação de reengenharia social. Nesse contexto, tais grupos estariam até pouco interessados se alguém, sendo biologicamente homem, se sente uma mulher, ou vice-versa, desde que isso sirva aos seus interesses. O foco principal seria a destruição do modelo de sociedade hoje vigente, dando lugar ao que eles têm em mente: dominação e poder em uma escala jamais vistos.

Nesse sentido, com esse objetivo em mente, a instituição família precisa ser destruída, pelo menos da forma como ela hoje se encontra estruturada, já que se constitui de pequenos núcleos em que os pais passam seus valores aos seus filhos e isto pode se contrapor aos interesses de um governo com uma visão mais abrangente de poder. Nesse contexto, o mais apropriado seria que filhos fossem tirados da tutela de seus pais, tornando-os propriedade do governo, a quem caberia a missão de educá-los.

A religião, como atualmente praticada, também deve ser eliminada de cena, já que culmina na formação de grupos com interesses ideologicamente diversos, canalizando devoção e respeito em várias direções. Nesse caso, o mais apropriado, considerando-se a tendência dos seres humanos em nutrir algum tipo de religiosidade, seria a instituição de uma religião única, cujos valores e elementos estariam concentrados na formação de uma sociedade também única sob a tutela de um governo também único.

O objetivo final seria a mais completa ação de reengenharia social, com a definição de novos valores educacionais, currículos escolares, e a eliminação de tudo que, em nossa sociedade, divide os seres humanos em grupos isolados, tornando a humanidade um só “rebanho”, sob a tutela de um só governo. Nesse contexto, tudo que puder promover algum avanço nessa direção será bem recebido, até mesmo ações oportunistas que invalidam a lógica e a razão em suas proposições, e a ideologia de gênero é apenas uma das pontas desse iceberg.

Portanto, não causa estranheza notar que, nesse contexto, o cristianismo é considerado o inimigo número um! As outras religiões são mais flexíveis na formulação de seus conceitos, ao contrário do cristianismo que, de modo inflexível, tem atravessado os séculos com suas bases estabelecidas em um texto milenar, considerado pelos cristãos como a revelação do Criador.

Nesse sentido, como ferramenta de combate, muitos dos articuladores dessa nova era exultariam em ver os cristãos acusados pela violência que tem sido desferida contra certos grupos minoritários de nossa sociedade, levando à morte muitos de seus integrantes. Infelizmente, porém, para esses mesmos articuladores, o cristianismo não se enquadra nesse cenário, por ser uma filosofia que desaprova qualquer nível de violência. Estranhamente, não vemos uma única palavra proferida contra povos de países islâmicos, muitos dos quais dispõem, por exemplo, de legislação com pena de morte para homossexuais.

Foi Jesus quem disse, e suas palavras são lei para os cristãos, que devemos amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a nós mesmos. E Ele mesmo explicou melhor a dimensão de suas palavras ao declarar que não há vantagem alguma se amamos somente aos que nos amam, e completou dizendo: “Amai a vossos inimigos, fazei bem aos que vos aborrecem, bendizei os que vos maldizem, orai pelos que vos caluniam. Ao que te ferir numa face, oferece-lhe também a outra. Como vós quereis que os homens vos façam, da mesma maneira fazei-lhes vós também” (Lc. 6:27-29,31).

Em busca de suporte para o conceito de Identidade de Gênero

Na verdade, no contexto que aqui analisamos, este subtítulo é praticamente destituído de sentido. Estamos diante de um momento histórico, político e social no qual o que menos importa aos idealizadores da aqui mencionada reengenharia social é qualquer compromisso com a lógica e com a razão, muito menos com a Ciência, desde que seus objetivos sejam perseguidos e atingidos.

Afinal, se a mera declaração de uma pessoa basta para validar o seu gênero, independente de sua condição biológica, para que precisaríamos de um suporte, qualquer que fosse a sua natureza? Estamos, portanto, diante de uma mudança de paradigma sem precedentes: a Ciência é descartada, como se não tivéssemos, até os nossos dias, experimentado sua validade; e a mera palavra é tida como expressão da realidade mais objetiva, como se dela nunca tivéssemos feito uso de forma indevida.

Felizmente, porém, esse tempo pretendido por esses articuladores ainda não chegou, se é que um dia irá chegar. E no tempo presente, para todos os fins e efeitos desejados, cumpre-nos embasar nossos argumentos com elementos que nos transmitam a certeza de que estamos pisando em terreno sólido, que não estamos sendo levados por ventos de ideologias que não se sustentam na realidade objetiva. Aproveitamos a oportunidade para de novo realçar o fato de que não estamos, de modo algum, questionando a sinceridade de uma pessoa que se expressa dizendo sentir que seu gênero é diverso de sua condição biológica.

Na ação educacional a que me referi no início deste trabalho, promovida pelo MPMG, pedi a uma das palestrantes, professora da UFMG, a oportunidade de uma troca de ideias, ao que ela acedeu de modo muito simpático. Fiz, então, a seguinte colocação: “Se vou a um médico afeito com o conceito de ideologia de gênero e digo que, embora sendo biologicamente homem, na verdade sou uma mulher, ele me diz para não me preocupar, que não há nada de errado comigo, esclarecendo-me que a lei me dá o direito de trocar de nome para um feminino e, se desejar, fazer uma cirurgia para mudança de sexo”. Então, perguntei: “Por que nenhuma comprovação desse suposto fato é exigida?”.

Em resposta, a professora disse que aquela era uma pergunta inusitada e, após pensar por alguns segundos, assim se expressou: “O que nós somos, o que pensamos ser, bem como o modo como nos entendemos como seres humanos é uma construção que realizamos com o nosso cérebro e isso pode não estar em sintonia com a nossa estrutura física”. Continuei argumentando e disse: “Acontece que, quando olhamos para trás nos damos conta de que muitas vezes fizemos construções a nosso respeito que nós mesmos, mais tarde, invalidamos reconhecendo que estávamos enganados”. Fiz, então, uma nova pergunta: “Não deveríamos, nesse caso, ter uma comprovação mais efetiva do que a simples palavra de uma pessoa?”. Ela respondeu dizendo: “Esta conversa está muito boa, mas já vai começar mais uma palestra. Podemos conversar mais tarde?”. Não tivemos, entretanto, essa oportunidade ao final do evento.

Entendendo que esse pequeno diálogo não foi conclusivo, coloco, aqui, alguns pontos para nossa reflexão:

1. Se vou a um médico me apresentando muito magro, praticamente só pele e osso, e declaro que estou muito gordo, razão pela qual, após fazer uma refeição vou ao banheiro e vomito o que comi para não engordar mais ainda, o médico dirá que estou com um transtorno alimentar conhecido como anorexia e que preciso procurar um especialista para me tratar. Mas este caso é em tudo semelhante ao anterior: estaria me apresentando com uma condição física que difere da minha construção mental. Por que a diferença nessas abordagens? Casos semelhantes não deveriam ser tratados da mesma forma?
2. Se o que vale é a construção mental que uma pessoa faz a seu respeito, poderia uma pessoa de cor branca alegar que internamente se reconhece como de cor negra e, assim, em um concurso vestibular exigir inclusão na disputa de uma vaga no sistema de cotas reservadas para pessoas negras?
3. De igual modo, uma pessoa perfeitamente sã poderia dizer que, internamente, se sente um deficiente, com um grau de deficiência capaz de lhe garantir, imediatamente, a condição de aposentado.
4. Mas as complicações não param aí! O próximo passo é o reconhecimento da ideologia de espécie. Em outras palavras, por mais estranho que isso possa parecer, há quem imagine ser algum tipo de animal que, por um lapso da natureza, nasceu em um corpo humano. São muitas as pessoas ao redor do mundo que alegam essa suposta realidade. Na página <http://blogs.oglobo.globo.com/pagenotfound/post/jovem-diz-que-nasceu-na-especie-errada-e-insiste-que-e-gata.html> você encontra um artigo que aborda esse tipo de condição: uma moça que diz ser uma gata que nasceu em corpo humano.



Teria ela o direito de contratar um plano de saúde para humanos? Ou, para fins de saúde, teria ela que ser registrada em uma clínica veterinária? Poderíamos nós, seres humanos, nos apropriarmos de uma pessoa nessas condições, e mantê-la em nossas casas como um animal de estimação e dela dispor ao nosso inteiro prazer?

Examine atenta e honestamente essas possibilidades e ficará claro que não há como obter suporte da Ciência para um conceito que, afinal, nada tem de científico, caracterizando-se apenas como um grande equívoco. Repetimos: não estamos aqui questionando a sinceridade das pessoas que se expressam dizendo terem nascido no corpo errado; tampouco estamos censurando aqueles que decidem se submeter a uma cirurgia de mudança de sexo. Entendemos que cada um de nós é responsável pelos seus atos e, assim, o que fazemos com nossos corpos é nossa inteira responsabilidade.

Aproveitamos para destacar um fato realmente assustador acerca das pessoas que têm se submetido a uma cirurgia de mudança de sexo, ou de uma simples mastectomia. Veja, por exemplo, a reportagem publicada na internet no final do ano de 2017: <https://www.acidigital.com/noticias/cada-vez-mais-pessoas-se-arrependem-de-mudanca-de-sexo-mas-censuram-estudos-84189>, onde lemos que, em Londres, os médicos especialistas que atenderam pessoas que fizeram a cirurgia para mudança de sexo declararam que há um número cada vez maior de pessoas que se arrependem de terem se submetido a esse tipo de procedimento.

Entretanto, as tentativas de realizar estudos a esse respeito foram censuradas por serem consideradas politicamente incorretas. A cada novo ano, porém, mais pessoas se arrependem de terem se submetido a um procedimento de mudança de sexo e pedem reversão da cirurgia, afirma o cirurgião Dr. Miroslav Djordjevic, especialista renomado em cirurgia genital reconstrutiva, com clínica em Belgrado, na Sérvia.

Tais resultados nos revelam que o tema aqui em pauta tem sido tratado por especialistas de várias áreas de forma leviana e pouco científica, provavelmente impulsionados pelo desejo de reestruturação da sociedade em bases muito diversas das atuais. A verdade, porém, muito clara e inequívoca, é que ser mulher ou homem não é um mero estado de espírito como querem nos fazer crer os adeptos desse tipo de ideologia aqui mencionado. São as características biológicas e genéticas que determinam não só o sexo dos seres humanos como também o papel social que deveriam desempenhar na sociedade.

Do mesmo modo, deveria ser considerado um crime a tentativa que temos presenciado em andamento de promover essa discussão em sala de aula, levando a crianças até mesmo do ensino fundamental o conceito de que ninguém nasce homem ou mulher e que ser uma ou outra dessas duas possibilidades é um fato que, supostamente, pode se apresentar ainda na infância. Outro crime que está sendo ensaiado e, em alguns casos já perpetrado, é a administração de hormônios para uma criança que, iniciando sua puberdade, declara ser de gênero oposto à sua condição biológica. Parece não haver limites para aqueles que militam na direção de objetivos que sequer contam com um mínimo de apoio da lógica, da razão e do conhecimento científico que logramos acumular ao longo de toda a história da humanidade.

Conclusão

Não temos nenhuma expectativa de promover o sepultamento do conceito de ideologia de gênero com as informações que aqui apresentamos. Na verdade, há um número cada vez maior de pessoas no seio da população que, por razões diversas, prefere acolher informações de caráter dúbio, como as muitas teorias de conspiração que hoje povoam a internet. Nossa atenção concentra-se em você que está tendo acesso a este material, na sua capacidade de reconhecer o nosso compromisso com a realidade dos fatos aqui apresentados.

Para discutir com mais propriedade um determinado tema, faz-se necessário que nos reportemos às suas raízes. Como deixamos claro antes, o conceito de ideologia de gênero só encontra guarida na cosmovisão evolucionista, um modelo que visa explicar o universo desde as suas origens, baseado na teoria da evolução. Ocorre que o evolucionismo, apesar de sua aceitação quase incondicional pela maioria dos cientistas, tem sido revelado falsa ciência pelos movimentos criacionistas.

Em contrapartida, a cosmovisão criacionista não só abriga com naturalidade todas as facetas do universo e da vida mas é também o contexto em que o conceito de ideologia de gênero se desfaz completamente ou,

melhor dizendo, onde ele não encontra a menor chance de penetração. Isto nos mostra que a verdadeira solução reside na discussão sobre nossas origens, no embate entre criacionistas e evolucionistas.

Do ponto de vista criacionista, é lamentável termos chegado a esse ponto. No século XIX, até mesmo cientistas que sequer acreditavam na existência do Criador eram de opinião que a narrativa da criação de Gênesis fazia sentido. Foi a ignorância dos cristãos da época, em particular de Samuel Wilberforce, bispo da Igreja da Inglaterra, que fez deslanchar o sistema evolucionista de pensamento.

Em debate promovido pela Sociedade Britânica para o Progresso da Ciência o bispo mostrou-se tão despreparado para a discussão de temas científicos que, ao final da reunião, os cientistas presentes acabaram por concluir que Darwin poderia até estar errado, mas que a Igreja estava mais errada ainda. E assim, decidiram ficar com Darwin e sua teoria da evolução das espécies. Foi assim que o evolucionismo ganhou seu primeiro impulso. Conquistados os círculos científicos, o sistema educacional foi um passo relativamente mais fácil, de onde migrou para toda a sociedade, porque todos vamos à escola, onde hoje somos doutrinados na filosofia evolucionista, desde os anos mais elementares até os mais avançados.

Embora munidos de comprovação técnica e científica de que o evolucionismo é falsa ciência, intrometida no seio da Ciência como se Ciência fosse, a realidade é que nós, criacionistas, nos defrontamos com uma situação mais complicada do que no passado. E como se não bastasse o domínio quase completo dos adeptos da teoria da evolução, ainda contamos com uma apatia dos criacionistas não militantes. Hoje, boa parte dos cristãos, apesar de ter seus filhos assediados pelo evolucionismo nos bancos escolares, considera esse debate como de menor importância, sem perceber que o evolucionismo exclui a figura do Criador de cena, pelo fato de explicar tudo no universo a partir de causas essencialmente naturais.

Resumindo, destacamos a importância fundamental da discussão a respeito de qual das cosmovisões aqui mencionadas representa a realidade acerca das origens do universo e da vida. Uma vez decidida esta questão, não só todas as particularidades do universo, mas também todos os fatos da vida, presente, passado e futuro têm que acompanhar os devidos desdobramentos. Fica aqui, portanto, o desafio para que você examine atentamente esta questão, na medida de sua profundidade, desde as suas raízes até as últimas consequências.

Sobre o autor: O Prof. Christiano é professor universitário, pós-graduado em Ciências pela University of London. Ao longo de seus anos de magistério, foi professor de três importantes universidades brasileiras, tendo sido sua última colocação a Universidade Federal de Viçosa, em MG. Atualmente é membro da Igreja Batista do Barro Preto, em Belo Horizonte. Profissionalmente, o Prof. Christiano é presidente da ABPC - Associação Brasileira de Pesquisa da Criação, desde a sua fundação na década de 70.

P.S. – Solicite o artigo **“O Resgate do Criacionismo”** e garanta acesso a argumentos genuinamente científicos para a elucidação desta importante questão que aqui abordamos, enviando email para abpc@impacto.org, colocando a palavra “Exame” em subject e seu nome completo, cidade/estado e profissão no espaço da mensagem.

Ao recebermos sua solicitação do artigo acima mencionado, seu nome e email estarão registrados em nossa associação, a ABPC – Associação Brasileira de Pesquisa da Criação, a menos que nos oriente em sentido contrário. Ficando conosco, nós lhe asseguramos total suporte no entendimento das questões abordadas neste estudo e em muitos outros desdobramentos.